Art. 99.º Os industriais e exportadores que não pagarem as multas em que incorrerem serão executados no fôro civil, servindo de base à execução a certidão da União comprovativa de que a entrega ou pagamento não foi feito no prazo assinado ao infractor.

§ 1.º A certidão referida neste artigo tem fôrça executória.

§ 2.º Emquanto a multa não fôr paga, a União pode fazer encerrar os escritórios ou as fábricas do transgressor, que fica privado de exercer a sua actividade durante esse período.

§ 3.º Os actos praticados pelos infractores em diminuição do seu património, nos trinta dias seguintes à intervenção da fiscalização que deu lugar à penalidade ou depois de esta aplicada, presumem-se realizados simuladamente, se o punido ficar insolvente.

CAPÍTULO XI

Disposições gerais e transitórias

Art. 100.º Os vogais da antiga comissão delegada, nomeados ao abrigo do decreto n.º 23:198, exercerão a presidência das direcções dos Grémios a que pertencem até 30 de Junho de 1936 e o preenchimento das vagas que vierem a dar-se até então fa-se-á pela forma usada para a primeira nomeação.

§ único. O preenchimento dos cargos que ficam vagos, das direcções dos Grémios, será feito durante o mês de Janeiro de 1935 e para o período que decorre até 30 de Junho de 1936.

Art. 101.º Os actuais membros do conselho de gerência, com excepção do delegado do Governo, consideram-se contratados para a direcção em 1 de Janeiro de 1934, pelo período de quatro anos.

§ 1.º O presidente da direcção perceberá vencimentos iguais ao total que em relação ao ano de 1933 foi atribuído ao presidente do conselho de gerência pelo antigo conselho de administração, quer a título de ordenado fixo quer de remunerações complementares, e os outros dois vogais terão vencimentos inferiores em 500\$ mensais aos do presidente.

§ 2.º O vencimento do delegado do Governo será fixado por despacho do Ministro do Comércio e Indústria.

Art. 102.º Todos os indivíduos ao serviço da União ficam sujeitos ao pagamento do imposto profissional como empregados por conta de outrem.

§ único. São porém isentos de imposto profissional os que receberem remunerações pagas em aplicação do fundo de previdência social.

Art. 103.º Aos membros da direcção, do conselho geral e da comissão consultiva, aos funcionários superiores e chefes de delegação da União e aos agentes da fiscalização é concedida a regalia de livre entrada nas estações e cais de embarque, e as de defesa pessoal, como agentes de autoridade, para o que lhes serão fornecidos cartões de identidade.

§ 1.º Os cartões de identidade serão passados pela União e visados pelo secretário geral do Ministério do Comércio e Indústria.

§ 2.º Os cartões de licença de uso e porte de arma serão passados pela Direcção Geral da Segurança Pública, a requisição da União.

Art. 104.º Todas as autoridades e funcionários civis e militares prestarão, dentro das suas atribuições, o auxílio que pela União, seus funcionários e agentes lhes seja solicitado.

Art. 105.º Das deliberações dos corpos gerentes da União, salvo o caso do artigo seguinte, cabe recurso, directamente, para o Ministro do Comércio e Indústria.

Art. 106.º Em tudo que se relacione com a acção social

da União e dos Grémios, disciplina do trabalho, salários e participações para os organismos sindicais de previdência, tanto a União e os Grémios como o delegado do Governo ficam sujeitos ao Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 107.º A extinção da União só poderá ser decretada pelo Governo.

§ único. Quando seja decretada a extinção da União, serão restituídas aos industriais as importâncias com que contribuíram para o fundo social, e destinado o remanescente a instituições de beneficência ou obras de carácter social nos centros industriais de conservas.

Art. 108.º Emquanto não fôr regulamentada a indústria da pesca, o peixe continuará a vender-se em regime de lota, mas na base de uma unidade fixa, determinada em cada centro industrial por uma comissão composta pelo capitão do pôrto, que será o presidente, um representante da União e outro da indústria da pesca.

Art. 109.º As emprêças estrangeiras que exploravam fábricas no País em 27 de Agosto de 1932 não se aplicam as disposições do n.º 3.º do artigo 64.º, as dos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º do artigo 65.º e as do artigo 66.º do presente diploma até 31 de Dezembro de 1939, data em que devem ter reformado os seus estatutos de harmonia com a legislação vigente.

Art. 110.º Para os contratos de transferência de exploração em curso ou findos depois de 27 de Agosto de 1932, em relação aos quais se não tenha feito transferência ou pagamento das quantias entradas no fundo social, serão estas consideradas como pertença, em partes iguais, do proprietário da unidade industrial e de quem fez a sua exploração.

Art. 111.º A União elaborará os regulamentos internos necessários à boa execução dos seus serviços.

Art. 112.º O presente decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Art. 113.º Ficam revogados os decretos n.ºs 21:621, 21:622 e 21:623, de 27 de Agosto de 1932, 21:815, de 31 de Outubro de 1932, 22:635, de 7 de Junho de 1933, 22:963, de 12 de Agosto de 1933, 23:198, de 2 de Novembro de 1933, e 24:313, de 7 de Agosto de 1934.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Janeiro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Cairo da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Decreto-lei n.º 24:948

Federação dos Vinicultores da Região do Douro

No relatório do decreto n.º 21:883, de 19 de Novembro de 1932, expuseram-se largamente as razões que levaram o Governo a impor a organização da produção dos vinhos generosos do Douro, criando a Federação Sindical dos Vinicultores da Região do Douro, com a designação de Casa do Douro.

Decorridos dois anos, verifica-se que com a legislação promulgada se alcançaram os desejados objectivos e que pouco há que alterar no funcionamento da actual Federação Sindical. Outro tanto, porém, não sucede quanto à sua forma orgânica.

Reconheceu o decreto-lei n.º 23:049, de 23 de Setembro de 1933, a existência dos organismos de coordenação económica criados pelo então Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, admitindo que continuassem transitòriamente a regular-se pelos seus estatutos até que estes se harmonizassem com os princípios que informam a organização corporativa da Nação, em termos que seriam definidos em disposições especiais ulteriores.

Da necessidade dessa adaptação resulta o presente decreto.

O problema não apresenta sérias dificuldades, porquanto a acção cometida às uniões concelhias corresponde sensivelmente à que pelos grémios de vinicultores deve ser exercida e, assim, estes devem substituir aqueles. Pode haver concelhos de fraca produção, onde, conseqüentemente, as receitas sejam insuficientes para uma conveniente organização; por isso se prevê que a área da influência de um grémio possa abranger mais de um concelho.

O conjunto dos grémios de vinicultores constitue a Federação dos Vinicultores do Douro, que continuará a usar a designação subsidiária de Casa do Douro.

Porque se deseja estabelecer uma estreita ligação entre os proprietários e os trabalhadores determina-se que a direcção da Casa do Douro tomará a iniciativa da criação progressiva da Casa do Povo em todas as freguesias abrangidas pela região demarcada dos vinhos generosos do Douro, devendo oportunamente fixar-se as regras especiais do seu funcionamento e da administração das suas receitas.

Compreende-se que a pulverização excessiva das verbas prejudique qualquer obra séria de previdência e que esta há-de assentar num plano previamente estabelecido. A direcção da Casa do Douro competirá, por isso, a administração do fundo de previdência rural, remetendo-se para as Casas do Povo as funções mais simples e apenas a administração da parte dêsse fundo destinada à assistência rural.

Deseja-se que a anterior organização se aperfeiçoe cada vez mais e que todos aqueles para quem se legisla se não esqueçam de que para que a obra perdure é indispensável que, ao lado do problema económico, se estudem e se resolvam os aspectos do social, pois um e outro estão estreitamente ligados, ou melhor, são interdependentes. Confia-se em que os grémios, colaborando estreitamente com a Casa do Douro por um lado e com as Casas do Povo por outro, correspondam inteiramente ao que se lhes exige.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Federação Sindical dos Viticultores da Região do Douro, criada pelo decreto n.º 21:883, de 19 de Novembro de 1932, passa a denominar-se Federação dos Vinicultores da Região do Douro, podendo continuar a usar subsidiariamente a designação de Casa do Douro.

Art. 2.º As actuais uniões concelhias são transformadas em grémios de vinicultores, mantendo estes a constituição e a competência daquelas.

§ 1.º Os grémios constituem os elementos primários da organização corporativa.

§ 2.º O número de grémios e a zona da sua influência podem ser alterados por portaria do Ministro do Comércio e Indústria, ouvida a direcção da Casa do Douro.

Art. 3.º A Casa do Douro é constituída pelo conjunto dos grémios de vinicultores, os quais abrangem obrigatoriamente todos os vinicultores da região demarcada dos vinhos generosos do Douro.

§ único. Para o efeito dêsse decreto são considerados vinicultores todas as entidades singulares ou colectivas que, na qualidade de proprietários, usufrutuários, arrendatários, sub-arrendatários, depositários, consignatários ou parceiros, cultivem ou venham a cultivar vinha nos terrenos que pertencem ou venham a pertencer, exclusivamente, à região demarcada dos vinhos generosos do Douro.

Art. 4.º A Casa do Douro e os grémios são organismos corporativos, constituídos nos termos do decreto-lei n.º 23:049, de 23 de Setembro de 1933, de funcionamento e administração autónomos, com personalidade jurídica, que exercem, nos termos da lei, funções de interesse público e representam todos os elementos que os constituem e tutelam os seus interesses perante o Estado e quaisquer outros organismos corporativos.

Art. 5.º A Casa do Douro e os grémios exercem a sua acção exclusivamente no plano nacional e no respeito absoluto dos interesses da Nação, sendo-lhes por isso proibida a filiação em quaisquer organizações de carácter internacional e a representação em congressos ou manifestações internacionais sem prévia autorização do Governo, e devem subordinar os seus interesses aos da economia nacional, repudiando simultaneamente a luta de classes e o predomínio das plutocracias.

Art. 6.º No que respeita à sua orientação económica a Casa do Douro e os grémios continuam sujeitos ao Ministério do Comércio e Indústria. Em tudo porém que respeita à sua acção social, disciplina de trabalho, salários, organismos de assistência e previdência e às suas relações com os demais organismos corporativos, dependem do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdéncia Social e ficam sujeitos à regular fiscalização e vigilância do Instituto Nacional do Trabalho e Previdéncia.

Art. 7.º O delegado do Governo junto da Casa do Douro deixa de fazer parte da sua direcção, mas assistirá a todas as reuniões da direcção e do conselho geral e usará, sempre que julgar necessário ou conveniente, do direito de veto sobre todas as deliberações dos corpos gerentes da Casa do Douro ou dos grémios que repute lesivas do interesse nacional ou dos interesses dos associados, ficando tais deliberações suspensas até resolução do Ministro do Comércio e Indústria ou do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdéncia Social, conforme a sua natureza.

§ único. O delegado do Governo tem direito a uma remuneração, que será fixada pelo Ministro do Comércio e Indústria e paga por força das receitas da Casa do Douro.

Art. 8.º Os órgãos de administração e direcção superior da Casa do Douro são o conselho geral e a direcção.

§ único. Fica suprimido o conselho fiscal.

Art. 9.º As atribuições que pelo decreto n.º 21:883 competiam à câmara sindical passam para o conselho geral.

Art. 10.º O conselho geral será constituído pelo presidente, pelo delegado do Governo e pelos presidentes das direcções dos grémios dos vinicultores da região demarcada dos vinhos generosos do Douro, ou por quem legalmente os substituir.

Art. 11.º O conselho geral reúne ordinariamente uma vez em cada semestre, até 1 de Abril e até 31 de Dezembro, e reúne extraordinariamente a pedido da direcção ou de, pelo menos, dois terços dos vogais.

Art. 12.º A direcção da Casa do Douro será composta de três membros, um dos quais será o presidente, todos cidadãos portugueses, contratados por períodos de três anos pelo conselho geral, sendo obrigatória a recondução de, pelo menos, um dos seus membros.

§ 1.º O provimento de qualquer dos cargos da direcção antes de findo o respectivo mandato será feito pela

própria direcção, com voto favorável do conselho geral. Em caso de discordância, será o assunto submetido à decisão do Ministro do Comércio e Indústria, que escolherá livremente.

§ 2.º A designação do presidente da direcção será feita pelo Ministro do Comércio e Indústria.

§ 3.º A destituição dos membros da direcção é prerrogativa do Ministro do Comércio e Indústria, ouvido o conselho geral ou sob proposta dêste.

Art. 13.º A direcção da Casa do Douro, independentemente das atribuições que pelo decreto n.º 21:883 lhe são conferidas, compete:

1.º Exercer as funções políticas conferidas aos organismos corporativos;

2.º Acatar as resoluções do Instituto do Vinho do Pôrto e prestar-lhe toda a colaboração necessária ou que lhe fôr solicitada e, por sua iniciativa, informar o mesmo Instituto de todos os assuntos ou problemas que interessem aos associados ou à região demarcada dos vinhos generosos dos Douro;

3.º Promover, em colaboração com os sindicatos nacionais e as Casas do Povo da região demarcada do Douro, a melhoria das condições do trabalhador e cooperar na fundação progressiva de instituições de previdência destinadas a proteger o trabalhador rural na doença, na invalidez e no desemprego involuntário, e também a garantir-lhe pensão de reforma.

Art. 14.º Em cada freguesia haverá um delegado da Casa do Douro, com direito a remuneração. Na freguesia da sede de cada grémio de vinicultores as funções de delegado serão exercidas pelo secretário da direcção do grémio.

§ único. Quando o movimento de uma freguesia não justifique a existência de um delegado, a Casa do Douro pode suprimi-lo, passando os respectivos serviços para a dependência da delegação mais próxima.

Art. 15.º A direcção de cada grémio será composta do presidente, um tesoureiro e um secretário, todos cidadãos portugueses e vinicultores, com residência habitual na zona de influência do respectivo grémio.

§ 1.º O presidente será escolhido pela direcção da Casa do Douro de entre os nomes que constituírem uma lista de três nomes votada em assemblea geral dos sócios. O tesoureiro será eleito livremente pelos sócios e o secretário será designado pela direcção da Casa do Douro e terá direito a remuneração.

§ 2.º Quando, dentro do prazo que vier a ser fixado, a assemblea não votar a lista a que se refere o parágrafo anterior ou não eleger o tesoureiro, a direcção da Casa do Douro designará toda a direcção, tendo em atenção o disposto neste artigo.

Art. 16.º São direitos e deveres dos sócios dos grémios os que pelo decreto n.º 21:883 foram atribuídos aos sócios dos sindicatos vitícolas.

Art. 17.º As importâncias provenientes da cobrança da taxa a que se refere o artigo 53.º do decreto n.º 21:883 serão distribuídas pela forma seguinte:

a) 30 por cento para o fundo social da Casa do Douro;

b) 30 por cento para o fundo social dos grémios de vinicultores;

c) 40 por cento para o fundo de previdência rural.

§ único. A forma de distribuição estabelecida neste artigo pode ser alterada em portaria pelo Ministro do Comércio e Indústria, ouvida a direcção da Casa do Douro.

Art. 18.º Os saldos apurados no balanço anual da Casa do Douro serão distribuídos pela forma seguinte:

a) Enquanto não estiver realizado o fundo de crédito:

1.º 20 por cento, pelo menos, para o fundo de reserva legal;

2.º 30 por cento para o fundo de previdência rural;

3.º O remanescente para fundos e aplicações especiais, conforme deliberação do conselho geral.

b) Depois de realizado o fundo de crédito:

1.º 10 por cento para fundo de reserva legal;

2.º 40 por cento para o fundo de previdência rural;

3.º Retribuição, até à taxa de 5 por cento, ao capital com que as propriedades contribuíram para o fundo de crédito;

4.º O remanescente para fundos e aplicações especiais, conforme deliberação do conselho geral.

§ 1.º Os lucros provenientes das operações sobre mostos, vinhos e aguardentes e o financiamento aos produtores não serão incluídos nos saldos das contas para o efeito do disposto neste artigo e reverterão para o fundo de crédito.

§ 2.º Os saldos resultantes da não realização de obras orçamentadas não serão distribuídos e passam para o novo orçamento com as mesmas rubricas do anterior, salvo se as mesmas obras forem pelo conselho geral reconhecidas desnecessárias ou inconvenientes.

Art. 19.º Os saldos apurados nos balanços anuais dos grémios ficarão à guarda da direcção da Casa do Douro enquanto o fundo de crédito não fôr preenchido.

Art. 20.º A Casa do Douro poderá conceder crédito aos vinicultores nela inscritos, servindo-se dos próprios meios ou com o auxílio de quaisquer instituições bancárias.

§ 1.º As operações de crédito limitar-se-ão ao desconto das cautelas de penhor a curto prazo, emitidas pela Casa do Douro sobre vinhos beneficiados e aguardentes.

§ 2.º A margem de garantia, taxa de juro e demais condições serão estabelecidas pela direcção da Casa do Douro, tendo em atenção as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 21.º A Caixa de Crédito Agrícola Regional fica extinta, passando todos os seus bens para a administração da Casa do Douro, da qual deixam de depender as caixas de crédito agrícola mútuo com sede na área da região demarcada.

Art. 22.º A direcção da Casa do Douro tomará a iniciativa da criação das Casas do Povo nas freguesias rurais da região demarcada dos vinhos generosos do Douro, ao abrigo das disposições do decreto-lei n.º 23:051, de 23 de Setembro de 1933.

§ 1.º São secretários natos das direcções das Casas do Povo os delegados da Casa do Douro a que se refere o artigo 14.º, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º do citado decreto.

§ 2.º A direcção da Casa do Douro submeterá à aprovação do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social os regulamentos especiais sobre receitas, administração e funcionamento das Casas do Povo da região demarcada dos vinhos generosos do Douro.

Art. 23.º As funções que pelo decreto n.º 21:883 competiam às caixas de previdência rural e às comissões concelhias de previdência rural passam a ser exercidas pelas Casas do Povo.

Art. 24.º A acção a exercer pelas Casas do Povo em matéria de previdência social será superiormente orientada pela direcção da Casa do Douro, a quem competirá também a administração do fundo de previdência rural.

Art. 25.º São extensivas às transacções realizadas na região demarcada dos vinhos generosos do Douro e à fiscalização da produção e do comércio as disposições do decreto-lei n.º 23:889, de 22 de Maio de 1934, na parte aplicável.

Art. 26.º É prorrogado até 31 de Dezembro de 1937 o mandato da actual direcção da Casa do Douro, po-

dendo o Ministro do Comércio e Indústria substituir livremente qualquer dos vogais até à expiração do seu mandato.

Art. 27.º O presidente do conselho geral será nomeado e substituído pelo Ministro do Comércio e Indústria até à data indicada no artigo anterior.

Art. 28.º A direcção da Casa do Douro recrutará entre os actuais funcionários da Federação Sindical dos Viticultores da Região do Douro o pessoal de que necessitar para a nova organização corporativa.

Art. 29.º A direcção da Casa do Douro dará as instruções necessárias para a adaptação das anteriores organizações sindicais à organização corporativa criada por este decreto e providenciará sobre a verificação e transferência dos saldos e dos valores.

Art. 30.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Janeiro de 1935. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 24:949

Federação Nacional dos Produtores de Trigo

O presente decreto é nas suas linhas fundamentais a reprodução do decreto n.º 22:871, de 24 de Julho de 1933.

¿Porque se publica de novo?

A sua estrutura e os seus objectivos de ordem económica são idênticos aos daquele e foram largamente explicados no relatório que o precede.

A Federação Nacional dos Produtores de Trigo continuará pois a ser o que tem sido — o mais sólido elemento de protecção e defesa dos produtores de trigo. Sem ela, e em regime de livre concorrência, ter-se-iam degradado os preços e por consequência o lucro compensador do esforço da lavoura, no aumento da produção do trigo, teria sido perdido para ela. Daí a inevitável repercussão nos salários, no desemprego e na economia geral. Mais eficaz há-de vir a ser a sua actuação à maneira que os produtores forem compreendendo que nela reside a sua força, e quando estiver apetrechada com os meios de armazenamento e de conservação dos trigos que agora lhe faltam e meios financeiros próprios.

Mas não basta. Os elementos que contribuem para a produção — patrões e trabalhadores — são solidariamente responsáveis pela realização do fim social dessa mesma produção. Daqui nascem as regras que hão-de regular a vida de relações entre si, os deveres de uns para com os outros e de todos para com o Estado — supremo regulador do interesse comum. Eis porque a F. N. P. T. tem de ser um organismo corporativo, dominado pelos princípios de direito corporativo e principalmente informado pelo seu espírito. Estas razões e a derivada do lugar que lhe pertence na nova construção política do Estado determinam a publicação do presente decreto neste momento.

Duas inovações se salientam por mais importantes: uma é a modificação na constituição dos fundos sociais e de reserva; outra a criação de uma taxa sobre cada quilograma de trigo disponível para venda, destinada ao fundo de previdência rural. A primeira é determinada pela experiência que denunciou os inconvenientes da aplicação das disposições do decreto n.º 22:871 e visa o objectivo de fortalecer mais rapidamente a Federação nesta primeira fase da sua existência. A segunda é mais um acto na obra de assistência e de previdência em favor do trabalhador rural, que está no pensamento do Governo e no espírito de todos os portugueses.

Nestes termos:

Usando da faculdade concedida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Organização, atribuições e fins da Federação

1) Organização

Artigo 1.º A Federação Nacional dos Produtores de Trigo (F. N. P. T.), criada pelo decreto n.º 22:871, de 24 de Julho de 1933, é uma organização corporativa de interesse público, de funcionamento e administração autónomos, com personalidade jurídica, representativa de entidades patronais e de capital, e exerce a sua acção ao abrigo do disposto no decreto-lei n.º 23:049, de 23 de Setembro de 1933, e dos preceitos contidos neste diploma.

Art. 2.º A F. N. P. T. é constituída pelo conjunto dos grêmios dos produtores de trigo instalados em todos os concelhos de produção média anual não inferior a um milhão de quilogramas de trigo, calculada sobre a produção dos últimos três anos.

Art. 3.º Os grêmios concelhos são também organizações de carácter corporativo, de interesse público, gozando de personalidade jurídica, e nêles se consideram filiados todos os produtores de trigo, quer sejam proprietários, arrendatários, parceiros ou seareiros, os senhorios que recebam rendas em trigo e ainda as pessoas ou entidades que recebam prestações em trigo.

§ 1.º Os grêmios designar-se-ão por «Ceiros dos Produtores de Trigo do concelho de...».

§ 2.º Os produtores de trigo com residência ou sede em concelhos onde não sejam instalados grêmios serão inscritos, por freguesias, no grémio mais próximo.

Art. 4.º A direcção da F. N. P. T. pode autorizar a constituição de delegações dos grêmios nas sedes das freguesias quando as necessidades do serviço e a comodidade dos povos o justifiquem, e ainda nos concelhos a que se refere o § 2.º do artigo anterior, ou nas suas freguesias e sob as mesmas condições.

Art. 5.º A F. N. P. T. e os grêmios exercem a sua acção com respeito absoluto pelos interesses gerais da Nação e de harmonia com os princípios expressos no Estatuto do Trabalho Nacional.

Art. 6.º A F. N. P. T. representa legalmente todos os elementos da produção de trigo do continente e tutela os respectivos interesses perante o Estado e perante as outras organizações corporativas.

Art. 7.º Os grêmios representam legalmente todos os elementos da produção de trigo do respectivo concelho ou da área da sua influência.

2) Atribuições e fins

Art. 8.º Compete à F. N. P. T., além das atribuições que lhe forem conferidas no regimento das corporações, as seguintes:

1.ª Estudar os aperfeiçoamentos a adoptar na cultura do trigo e contribuir para o seu progresso de colaboração com os organismos oficiais;